



BOLETIM DO MESTRADO FDSM

EDIÇÃO 01/2026 - Fevereiro de 2026



SOBRE O BOLETIM

O Boletim é uma produção informativa organizada pelos mestrandos em Direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM) para difusão e visibilidade da produção interna.

É importante verificar os sites indicados, uma vez que eles poderão sofrer alterações pela organização.

NESTA EDIÇÃO

NOTÍCIAS

EVENTOS

DICAS DE REVISTA

INFORMAÇÕES DO PPGD

CULTURA E OPINIÃO

INSERÇÃO SOCIAL

RECADOS E DESCONTRAÇÃO

EXPEDIENTE

NOTÍCIAS



STF VALIDAM NORMAS QUE AUTORIZAM A VAQUEJADA

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por maioria de votos, normas que autorizam a prática da vaquejada no país, desde que observados critérios mínimos de proteção ao bem-estar animal — com possibilidade de sanções administrativas e penais em caso de descumprimento. A decisão foi tomada na sessão desta quinta-feira (5), no julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5772.

Na ação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionava a Emenda Constitucional (EC) 96/2017 e duas leis federais sobre a matéria.

A EC 96 foi aprovada pelo Congresso Nacional logo após decisão do STF na ADI 4983, que, em 6/10/2016, declarou a inconstitucionalidade da vaquejada, com fundamento na presunção de que essa seria uma atividade cruel. O julgamento gerou debates parlamentares que levaram à produção da emenda e da Lei 13.364/2016, que reconhece a vaquejada como manifestação cultural e patrimônio cultural imaterial brasileiro.

Em março de 2024, o Plenário, em outra ação (ADI 5728), declarou a constitucionalidade da EC 96. No julgamento encerrado em 06 de março de 2026, iniciado no Plenário Virtual, a discussão se deu em torno das duas leis.

Em seu voto, o relator, ministro Dias Toffoli, acolheu a proposta do ministro Cristiano Zanin para declarar que as expressões “a vaquejada”, previstas na Lei 13.364/2016 (com redação dada pela Lei 13.873/2019), e “as vaquejadas”, da Lei 10.220/2001, são constitucionais, desde que sejam observados, no mínimo, os critérios legais de proteção ao bem-estar animal, além de outras medidas que se mostrem necessárias no caso concreto.

Leia na íntegra através do link de acesso:

<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-valida-normas-que-autorizam-vaquejadas-desde-que-bem-estar-animal-seja-protegido/>



STJ

**STJ sedia VII Conferência Ibero-Americana dos
Direitos da Criança nos dias 24 e 25 de março**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai receber, nos dias 24 e 25 de março, a VII Conferência Ibero-Americana dos Direitos da Criança. O evento é organizado pelo Centro Ibero-Americano de Direitos da Criança (Cideni), em parceria com o STJ e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Inscrições no link:

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-vii-conferencia-ibero-americana-dos-direitos-da-crianca-infancias-violencias-e-entornos-digitais>

Nesta edição, o evento vai debater os impactos da violência contra crianças e adolescentes em ambientes virtuais, sob a ótica do Comentário Geral 25 do Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) – o documento define que os direitos humanos das crianças se aplicam integralmente ao mundo virtual.

Com a participação de especialistas internacionais, acadêmicos, magistrados e profissionais do campo judicial, o encontro propõe uma abordagem multidisciplinar para discutir desafios contemporâneos e caminhos possíveis para a formulação de políticas públicas e boas práticas voltadas à garantia dos direitos da criança na era digital.

A programação dos dois dias inclui painéis sobre assuntos como os impactos da inteligência artificial (IA) na autonomia, na identidade e no bem-estar da infância e o papel das empresas na proteção dos direitos digitais de crianças e adolescentes.

Também estão previstas apresentações de trabalhos acadêmicos e compartilhamento de experiências profissionais, além de discussões sobre trabalho infantil online, estratégias do crime organizado em plataformas como o TikTok e a construção de ambientes digitais mais seguros para a infância.

Leia na íntegra através do link de acesso:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2026/24022026-STJ-sedia-VII-Conferencia-Ibero-Americana-dos-Direitos-da-Crianca-nos-dias-24-e-25-de-marco.aspx>

EVENTOS

Congresso Internacional FDRP-USP e INPET: Reforma Tributária

O evento será realizado nos dias 11 e 12 de março de 2026

O "Congresso Internacional FDRP-USP e INPET: Reforma Tributária" será realizado no Auditório da Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto. O evento é destinado a advogados e estudantes que atuem ou tenham interesse na área de Direito Tributário, proporcionando um espaço qualificado para formação, reflexão crítica e aprimoramento profissional.

Durante os dois dias de Congresso, serão realizadas 10 mesas de debate, reunindo 40 professores de renome nacional e internacional, entre Mestres, Doutores e Livre-Docentes vinculados a importantes universidades brasileiras, além de docentes da Universidade de Coimbra (Portugal).

Link de acesso:

<https://www.sympla.com.br/evento/congresso-internacional-fdrp-usp-e-inpet-reforma-tributaria>

XV Encontro Internacional do CONPEDI

O evento será realizado nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2026, em Alicante, Espanha.

O Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI promove o XV Encontro Internacional do CONPEDI, que reunirá pesquisadores, professores e estudantes de programas de pós-graduação em Direito do Brasil e do exterior para discutir temas relevantes da pesquisa jurídica contemporânea.

Nesta edição, o evento terá como tema **“Meio ambiente e sustentabilidade: perspectivas globais e locais na Agenda 2030”**, propondo um espaço de reflexão acadêmica sobre os desafios jurídicos e institucionais relacionados ao desenvolvimento sustentável, à governança ambiental e às transformações do direito em um contexto global.

Data limite para submissão de artigos: 15 de março de 2026.

Link de acesso:

<https://www.conpedi.org.br>

DICAS DE REVISTA

Nós sabemos da importância das boas publicações para o pós-graduando. Aqueles que pretendem ingressar no Mestrado ou já fazem parte do programa devem ter no topo da sua lista de prioridades a publicação em boas revistas, editoriais, livros e periódicos

Produzir um artigo para publicação é uma tarefa desafiadora, e não podemos ignorar a complexidade da burocracia associada aos processos seletivos de cada periódico. Com o intuito de auxiliar nossos alunos, preparamos uma lista com diversas possibilidades de submissão.

Assim, vocês ficam com o trabalho duro de colocar um texto de qualidade no papel e nós ajudamos com uma curadoria das melhores revistas e periódicos que tenham relação com a nossa linha de pesquisa. Vamos lá!

- [Revista Arquivo Jurídico](#)

A Arquivo Jurídico – Revista Jurídica Eletrônica da Universidade Federal do Piauí é o periódico acadêmico eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI, em circulação desde 2011. A revista de periodicidade semestral. A política editorial da Arquivo Jurídico segue as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPI, consolidadas na seguinte linha editorial: Direito, democracia e mudanças institucionais. Qualis: A3.

Link de acesso:

<https://www.arquivojuridico.com.br/sobre>

- [Revista Jurídica - FURB](#)

A Revista Jurídica da FURB foi criada em 1997, vinculando-se ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito (PPGD) a partir de 2021. Na última avaliação do sistema Qualis da Capes a Revista alcançou o estrato A4. A partir de 2022 passou a ser considerada Revista científica na Itália, ingressando no equivalente ao Qualis daquele país. O objetivo da Revista é divulgar artigos científicos, artigos de reflexão, ensaios, resenhas e produções técnicas em Direito Público e Constitucionalismo

Link de acesso:

<https://www.ppgdfurb.com.br/revistajuridica>

DICAS DE REVISTA

- Revista de Direito e Políticas Públicas

A Revista de Direito e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é uma publicação científica semestral e tem por objetivo promover e incentivar o desenvolvimento científico acadêmico sobre Direito das Políticas Públicas, voltado para a área de Ciências Sociais. A Revista possui como público-alvo pesquisadores nacionais e estrangeiros das áreas de Direito das Políticas Públicas

Link de acesso:

<https://www.unirio.br/ppgd/revista-direito-das-politicas-publicas>

- Carderno de Programa de Pós-Graduação em Direito - UFRGS

A revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS é a publicação virtual e impressa, livremente acessível, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu propósito é colaborar com o aperfeiçoamento do estudo jurídico nacional e internacional, fomentando a pesquisa e a difusão, pública e gratuita, de conhecimento.

Linhas de Pesquisa:

- FUNDAMENTOS DA EXPERIÊNCIA JURÍDICA NAS RELAÇÕES PRIVADAS: TRANSFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AUTONOMIA E PROTEÇÃO DA PESSOA;
- FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS DA EXPERIÊNCIA JURÍDICA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E FILOSÓFICA, SISTEMAS DE JUSTIÇA, ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PROCESSOS INTERPRETATIVOS;
- FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CRÍTICOS DA EXPERIÊNCIA JURÍDICA: DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE.

Link de acesso:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/about>

INFORMAÇÕES DO PPGD

Turma 2026-2028

Nos dias 27 e 28 de fevereiro teve início o ciclo de aulas presenciais da turma do Mestrado em Constitucionalismo e Democracia da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). O encontro marcou o início das atividades acadêmicas presenciais do programa, reunindo mestrandos e professores para debates e aprofundamento teórico nas áreas relacionadas ao constitucionalismo, à democracia e aos direitos fundamentais.

A abertura do ciclo de aulas foi marcada por momentos de integração entre os estudantes e o corpo docente, além da apresentação das disciplinas e das propostas de pesquisa que serão desenvolvidas ao longo do curso.

O programa de pós-graduação da FDSM tem como objetivo promover a reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos do Estado Constitucional, estimulando a produção científica e o diálogo acadêmico.

Com o início das atividades presenciais, os mestrandos passam a desenvolver suas pesquisas e participar de discussões que buscam contribuir para o avanço do pensamento jurídico e para o fortalecimento das instituições democráticas.



(Foto: reprodução FDSM)

INFORMAÇÕES DO PPGD

PPGD da FDSM recebe novos docentes e avança no projeto de implantação do Doutorado

O Programa de Pós-Graduação em Direito da FDSM passa a contar com dois novos docentes: Prof^ª. Dra. Fabiana Silva Bittencourt e Prof. Pós-Doutor Daniel Francisco Nagao Menezes.

Fabiana Silva Bittencourt é Doutora em Direito pela USP, com láurea e bolsa CAPES/PROEX, egressa da casa, sendo mestra e bacharela pela FDSM, com atuação em pesquisa nas áreas de Direito Penal e Processual Penal.



(Fotos: reprodução FDSM)



(Fotos: reprodução FDSM)

Daniel Francisco Nagao Menezes é Doutor e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com pós-doutorado em Direito (USP) e Economia (UNESP). Atualmente é coordenador do Mestrado em Direito, Empresa e Sociedade Contemporânea da FACAMP, com atuação nas áreas de Direito Econômico, inovação científica e economia social.

Rumo ao Doutorado, o PPGD da FDSM expande seu corpo docente no marco de 16 anos de trajetória do Mestrado. A chegada dos novos professores soma-se ao prestígio da equipe atual, elevando a capacidade de pesquisa e o desenvolvimento sustentável do Programa. Com excelência acadêmica e foco estratégico, a instituição segue fortalecendo seu papel na pós-graduação *stricto sensu*.

INFORMAÇÕES DO PPGD

Qualis A3: Revista da FDSM consolida sua excelência acadêmica

É com (muito!) orgulho que anunciamos que a Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas alcançou a classificação A3 no Qualis CAPES. Este importante reconhecimento reafirma o rigor editorial, a qualidade científica e o compromisso inabalável do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da FDSM com a produção acadêmica de excelência. Mais do que uma nota, o estrato A3 chancela a Revista como um espaço de referência para a pesquisa jurídica crítica e interdisciplinar no Brasil.

Centrada na linha editorial "Constitucionalismo e Democracia", a publicação abrange desdobramentos fundamentais do Direito contemporâneo. Desde 2015, o periódico opera em regime de fluxo contínuo, garantindo a difusão ágil de ao menos 40 artigos inéditos por ano. A solidez do processo é garantida pelo sistema *double blind peer review* (avaliação realizada de forma anônima por, ao menos, dois pareceristas que possuem título de doutor).

Além disso, a FDSM reafirma seu compromisso com a democratização do conhecimento ao adotar uma Política de Acesso Aberto (BOAI) sob licença Creative Commons, utilizando o sistema PKP Preservation Network para assegurar a preservação digital permanente de todo o seu acervo.



(Foto: reprodução FDSM)

Um dos pilares que sustentam esse avanço é o alto índice de exogenia e a diversidade institucional: 75% dos autores de cada edição pertencem a instituições de fora de Minas Gerais, reforçando o papel da Revista como um polo de diálogo nacional.

Esta conquista é o reflexo de um esforço coletivo entre autores, editores e uma comunidade acadêmica que acredita na ciência como motor de transformação.

Seguimos fortalecendo a pesquisa e consolidando o protagonismo da FDSM no cenário jurídico nacional.

INFORMAÇÕES DO PPGD

Mestrando do PPGD/FDSM publica artigo científico na Revista Ratio Juris

A Revista Ratio Juris, periódico acadêmico da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), acaba de publicar o artigo **“A utilização da inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro”**. A obra é fruto de uma colaboração acadêmica entre o mestrando Edson Câmara Drummond Alves Júnior e o Professor Dr. Elias Kallas Filho.

O estudo lança luz sobre a crescente integração da Inteligência Artificial (IA) no ecossistema jurídico, analisando como essa tecnologia tem transformado a rotina de advogados e magistrados ao oferecer celeridade e eficiência na obtenção de resultados. Contudo, para além da praticidade operacional, os autores propõem uma reflexão crítica essencial: quais são os limites éticos e normativos para a aplicação dessas ferramentas no Poder Judiciário?

Por meio de uma pesquisa qualitativa e combinada com o método de revisão bibliográfica, o artigo investiga se é juridicamente viável, e seguro, o uso da IA no processo decisório. O texto problematiza, de forma instigante, o risco de um cenário futuro onde algoritmos poderiam transpor a fronteira do suporte técnico para substituir o julgamento humano, ato intrinsecamente ligado à sensibilidade e interpretação do magistrado.

Esta publicação reafirma o papel da FDSM como polo de vanguarda no debate sobre a interseção entre Direito e Tecnologia. Ao enfrentar temas complexos e urgentes, o trabalho de Edson e do Prof. Dr. Elias Kallas Filho oferece uma contribuição valiosa para acadêmicos e profissionais que buscam compreender os rumos e os desafios do Poder Judiciário na era digital.

Link de acesso:

<https://www.fdsu.edu.br/revistagrduacao/index.php/revistagrduacao/article/view/310>

INFORMAÇÕES DO PPGD

Mestrando do PPGD/FDSM publica livro “Manual Legislativo do Poder Municipal”

Celebramos a produção intelectual do discente José Antonio Conti Júnior com o lançamento da obra **“Manual Legislativo do Poder Municipal: noções básicas para o exercício da vereança”**, publicada pela Editora Dialética. Advogado e procurador legislativo municipal desde 2015, Conti Júnior integra a Turma 2025/2027 do Mestrado, tendo desenvolvido a escrita da obra em consonância com sua trajetória acadêmica na instituição.

Com uma abordagem didática, o livro dissectiona as atribuições e os fundamentos do cargo de vereador, oferecendo uma visão profunda sobre a estrutura político-administrativa brasileira e a organização dos poderes locais.

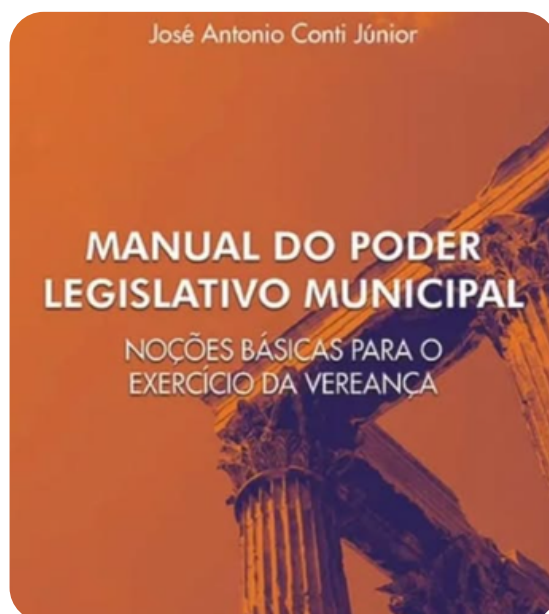
A obra percorre temas essenciais, como o papel do município no Estado federativo, o funcionamento das Câmaras Municipais, o processo legislativo e as espécies normativas, sem deixar de lado os pilares da administração pública: ética, transparência e responsabilidade.

Mais do que um estudo teórico, o trabalho consolida-se como um guia prático para agentes públicos, estudantes de Direito e cidadãos que buscam compreender a atuação do Poder Legislativo municipal.

A publicação deste manual é o reflexo direto do pensamento crítico e da excelência que o PPGD/FDSM fomenta em seus alunos, transformando a pesquisa acadêmica em ferramentas reais para o fortalecimento da democracia e da gestão pública.

Link do livro:

<https://loja.editoradialetica.com/humanidades/manual-do-poder-legislativo-municipal-nocoes-basicas-para-o-exercicio-da-vereanca>



(Fotos: Editora Dialética)

Em uma democracia constitucional, decisões políticas e jurídicas dependem da existência de uma opinião pública informada, capaz de compreender problemas complexos e avaliar argumentos.

O filósofo alemão Jürgen Habermas, um dos principais teóricos do constitucionalismo democrático, sempre destacou a importância da chamada esfera pública como o espaço de debate em que cidadãos discutem ideias, criticam decisões e formam opiniões sobre os rumos da sociedade.



Para que esse processo funcione, é necessário tempo para reflexão, circulação de argumentos e disposição para compreender diferentes perspectivas.

Em uma democracia constitucional, decisões políticas e jurídicas dependem da existência de uma opinião pública informada, capaz de compreender problemas complexos e avaliar argumentos.

O ambiente digital, no entanto, tem modificado profundamente essa dinâmica. A velocidade da informação muitas vezes substitui a profundidade da análise. Debates jurídicos complexos são frequentemente reduzidos a frases curtas, manchetes ou comentários impulsivos. Decisões judiciais que exigiriam leitura atenta acabam sendo interpretadas a partir de recortes ou narrativas simplificadas que circulam nas redes.

Esse cenário cria um desafio para o próprio constitucionalismo. A democracia não depende apenas de eleições ou instituições formais; ela também exige uma cultura pública capaz de sustentar debate qualificado. Quando a atenção coletiva se fragmenta, torna-se mais difícil discutir temas que exigem análise cuidadosa, como direitos fundamentais, limites do poder estatal ou decisões dos tribunais. Isso não significa que a tecnologia seja inimiga da democracia. Ao contrário, as redes ampliaram o acesso à informação e democratizaram a participação pública. O desafio está em compreender os efeitos desse novo ambiente informacional e encontrar formas de preservar espaços de reflexão em meio à avalanche de estímulos digitais.

No fim das contas, a crise da atenção não é apenas uma questão de produtividade individual ou disciplina pessoal. Ela revela uma transformação mais ampla na forma como pensamos, debatemos e participamos da vida pública.

Em uma era dominada por notificações e algoritmos, talvez preservar o tempo para pensar profundamente seja, paradoxalmente, um gesto essencial para a própria saúde da democracia.



INSERÇÃO SOCIAL



Boas-vindas aos novos Mestrandos da turma de 2026/ 2028!

O ingresso em um programa de mestrado vai além da titulação acadêmica; representa um compromisso direto com a transformação social. Nos programas contemporâneos, especialmente na área do Direito, a tendência é clara: a produção científica deve romper os muros da universidade para dialogar com os desafios reais da sociedade.

O Papel da Inserção Social:

O diferencial desta jornada reside nos projetos de inserção social, que atuam como pontes entre a teoria e a comunidade. Por meio dessas iniciativas, o conhecimento produzido em sala de aula se traduz em:

- **Ações e Diagnósticos: Soluções para problemas sociais complexos.**
- **Impacto Público: Aprimoramento de políticas públicas e fortalecimento de instituições.**
- **Cidadania Ativa: O pesquisador deixa de ser observador para se tornar um agente de mudança.**

Ao conectar a investigação teórica à realidade concreta, o mestrado reafirma sua função nobre: produzir ciência crítica e relevante para a construção de uma sociedade mais justa.



INSERÇÃO SOCIAL

Os mestrandos da Turma 2025/2027 estão a todo vapor com o desenvolvimento dos projetos, confira:



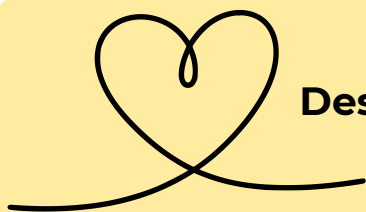
Gabrielle Leal

“O projeto “Cultura e inclusão: pertencimento no SAICA” busca fortalecer vínculos e promover o sentimento de pertencimento entre crianças e adolescentes acolhidos. A partir de atividades culturais e educativas, procuramos criar espaços de expressão, escuta e reconhecimento. A pesquisa acadêmica se transforma, assim, em ação concreta de inclusão social. É um caminho para aproximar universidade, cultura e cidadania.”

“Desenvolver o projeto “Trabalho digno e cidadania: o trabalho formal como instrumento de emancipação social” tem sido uma experiência muito significativa. Nosso objetivo é conscientizar a população de baixa renda sobre a importância do trabalho formal e dos direitos que ele garante, sem que, na maioria dos casos, isso impacte no direito ao recebimento de benefícios assistenciais concedidos pelo Governo Federal, como o Bolsa Família. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com o CRAS do município de Borda da Mata, que ainda não havia sido contemplado pelo programa de inserção social.”



Lucas Teodoro



Desejamos aos novos mestrandos uma trajetória de excelência e responsabilidade social!

RECADOS E DESCONTRAÇÃO

Esta seção foi pensada como um momento de humor para descontrairmos com tantas responsabilidades do meio acadêmico.

Quando o artigo volta e você precisa responder 3 páginas de comentários dos revisores



Na pós-graduação tá essa energia aqui:



(Fotos: reprodução @depredaposgraduacao)



PESSOAL DA TURMA 2025-2027, TEM E-MAIL PRA VOCÊS...

Fiquei sabendo que chegou o tão temido e-mail diretamente da Secretaria do PPGD, hein?

Está na hora de começar a pensar na qualificação, que acontece em junho (e em agosto para alguns), de forma presencial. A melhor dica é essa: se planejem com antecedência, **produzam texto** e não deixem o depósito para última hora!



Aniversariantes do mês de janeiro e fevereiro (menção honrosa por causa das férias!)

03/01 - Flammayon Jóver Costa Pinto
Bifaroni da Motta

22/01 - Bruno Augusto Pereira

29/01 - João Pedro de Oliveira Barbosa

30/01 - Gustavo Roberto Januário

06/02 - Isabela Gonçalves Almeida

07/02 - Nathália de Cássia Teodoro Sousa

21/02 - Ivando Cesar Furlan

18/02 - Samuel Ribeiro Sargaço

EXPEDIENTE

Coordenador do PPGD/FDSM

Rafael Lazzarotto Simioni

Secretárias do PPGD/FDSM

Juliana Rebello

Natália Carvalho Campos Azevedo

Editores do Boletim

Gabrielle Leal Pinto - Eventos
gabrielleleal901@gmail.com

Isabela Gonçalves Almeida - Dicas de revista
isabelaalmeida0602@gmail.com

Lívia Maria Ribeiro Gonçalves - Notícias
livia.ribeirog@gmail.com

Marcello Yan de Castro - Cultura e opinião
marcelloyan61@yahoo.com

Mariana Telles Cavalcanti - Informações do PPGD e Recados e descontração
mtelles93@gmail.com

Nathália de Cássia Teodoro Sousa - Cultura e opinião
nathaliactsousa@hotmail.com

Yasmin Caroline de Oliveira Andrade - Inserção Social
ycoandrade@gmail.com

Revisora de conteúdo

Mariana Telles Cavalcanti - Editoração
mtelles93@gmail.com

E-mail para contato

boletimppgdfdsm@gmail.com